



28 DE JUNHO DE 2011

Terça - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **BRASILEIRO ESTÁ CONFIANTE E ENDIVIDADO COMO NUNCA**
- **INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS TEM MAIOR ALTA EM 22 MESES**
- **NISSAN TERÁ NOVA FÁBRICA NO BRASIL**
- **PARCELAMENTO DE DÍVIDA FISCAL COMEÇA DIA 1º**
- **PARA DRIBLAR IOF, BRASILEIRO NO EXTERIOR USA MAIS DINHEIRO**
- **SECRETÁRIO ADMITE CHANCE DE DISPUTAR ELEIÇÃO DA FIEP**
- **DESIGUALDADE CAI MAIS NO BRASIL QUE NOS OUTROS BRICS, DIZ FGV**
- **TRABALHADOR TEM ATÉ QUINTA-FEIRA PARA SACAR O ABONO SALARIAL**
- **GOVERNO ANUNCIA DECISÃO SOBRE TREM-BALA ESTA SEMANA**
- **SEBRAE-PR OFERECE ORIENTAÇÃO GRATUITA PARA FORMALIZAR NEGÓCIOS**
- **BRASKEM AVANÇA NOS EUA E MÉXICO**
- **BB SERÁ BANCO DA VALE NA ARGENTINA**
- **LEI ASSEGURA COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA COM PRECATÓRIO**
- **"AVISO PRÉVIO PODERÁ TER MAIS DE 30 DIAS"**
- **BID E CNI FIRMAM ACORDOS PARA AMPLIAR O CRÉDITO**

Câmbio Em 28/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,580	1,582
Euro	2,270	2,273

Fonte: BACEN

Brasileiro está confiante e endividado como nunca

28/06/2011- Gazeta do Povo

O endividamento do brasileiro é recorde. No mês de abril, o montante total de débitos chegou a R\$ 653 bilhões, o que, segundo a LCA Consultores, equivalente a 40% da massa de renda anual oriunda dos rendimentos trabalhistas e previdenciários pagos no país. Trata-se do maior valor desde o início da série histórica do estudo da LCA Consultores, em dezembro de 2005.

Mas as dívidas parecem não incomodar, uma vez que o consumidor está acreditando como nunca na economia do país. É o que sugere uma sondagem do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Depois de três meses consecutivos de queda, o chamado Índice de Confiança do Consumidor subiu de 115,4 para 118 pontos de maio para junho. A pesquisa também indicou a maior satisfação dos consumidores a respeito da situação financeira familiar desde o início da série histórica da pesquisa, em 2005, batendo os 120 pontos.

Confira o que fazer em meio ao cenário de juros altos, prazos menores e uma perspectiva de mercado de trabalho menos aquecido:

- Evite contrair financiamentos de mais de três meses. Ou seja, parcelamentos, só no curtíssimo prazo.

- Não encare o limite do cheque especial e do cartão de crédito como complemento da renda, e evite sempre alargar a dívida. Fuja, portanto, do "pagamento mínimo" do cartão. O melhor é pagar o devido e, se necessário, renegociar a dívida.

- Espere de quatro a seis meses para se comprometer com financiamentos de longo prazo, como a compra de um carro ou casa própria. Assim, será possível ver que medidas o governo ainda tomará no combate à inflação e qual será o impacto disso no emprego.

- Se estiver endividado, procure as taxas e encargos mais baratos. Na hora do aperto, vale mudar de banco, para uma instituição com taxas mais baratas. Para isso, basta consultar o ranking dos juros e custos dos bancos na página do Banco Central (www.bcb.gov.br), na área do Sistema Financeiro Nacional.

Fontes: Nelson de Sousa, professor de Matemática Financeira e Finanças do Ibmec, e Lucas Dezordi, professor de Economia da Universidade Positivo.

A inadimplência das empresas brasileiras subiu 23,6% em maio ante o mesmo mês do ano passado, segundo dados da empresa de análise de crédito Serasa Experian. Esta foi a maior alta registrada na variação anual desde julho de 2009, ano da crise econômica mundial. Na variação mensal, a inadimplência das empresas registrou elevação de 16,2% em maio ante abril. No acumulado de janeiro a maio deste ano, o crescimento foi de 7,1% na comparação com igual período de 2010.

Segundo os especialistas, esse otimismo é perigoso porque reflete um entusiasmo do presente e deve levar a uma inadimplência maior nos próximos meses. "O brasileiro, animado com a taxa de desemprego baixa, de 6,4%, ainda não percebeu que o combate à inflação vai demandar um ajuste no mercado de trabalho. Está comprando sem pensar nesse cenário que nós, economistas, chamamos de futuro próximo, com economia desaquecida e mercado de trabalho um pouco pior, com taxas de desemprego voltando à casa dos 9%", avalia o professor de Economia da Universidade Positivo Lucas Dezordi.

Sinal amarelo

Em abril do ano passado, a dívida das famílias brasileiras era de R\$ 524 bilhões, cerca de 36% da massa de renda anual, segundo o cálculo da LCA. O crescimento econômico do último ano – o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 7,5% –, com ganho de renda e crédito mais fácil e barato, foi o grande impulso para o aumento do endividamento.

Mas, para o autor da pesquisa da LCA, o economista Wermeson França, o montante atual das dívidas não é alarmante; é mais "um sinal amarelo". "Os dados revelam um pico do consumo até agora, com uma dívida que aumentou de tamanho também por conta do aumento de juros, mas que ainda está sustentada em uma boa base de pagamento, com o mercado de trabalho estável. O que se espera com isso, nos próximos meses, é que uma rigidez maior nas concessões de crédito por parte dos bancos e também o aumento na inadimplência tragam esses números novamente para baixo", avalia França.

O economista diz que parte do problema ainda é cultural: o consumidor brasileiro não aprendeu a enxergar os juros quando vai às compras, mesmo quando eles estão mais caros, como agora. "A parcela da renda só para o pagamento de juros está em 14%, quando no ano passado estava em 12%. Os prazos também encolheram; passaram de 80 meses para 60 meses, no caso da compra de automóvel. Ainda assim, o consumidor continua enxergando apenas o valor da parcela", explica.

Em termos macroeconômicos, o crédito ainda teria muito a crescer no país. A relação crédito/PIB está na casa dos 47%, enquanto que nos Estados Unidos e no Japão passa dos 180%. "Mas isso não deve ser exatamente parâmetro. As medidas para conter a inflação são necessárias no Brasil e vão, invariavelmente, afetar o crescimento do país, ao menos por enquanto", avalia o professor de Matemática Financeira e Finanças do Ibmec Nelson de Sousa.

Inadimplência das empresas tem maior alta em 22 meses

28/06/2011- Gazeta do Povo

A inadimplência das empresas brasileiras subiu 23,6% em maio ante o mesmo mês do ano passado, segundo dados da empresa de análise de crédito Serasa Experian. Esta foi a maior alta registrada na variação anual desde julho de 2009, ano da crise econômica mundial. Na variação mensal, a inadimplência das empresas registrou elevação de 16,2% em maio ante abril. No acumulado de janeiro a maio deste ano, o crescimento foi de 7,1% na comparação com igual período de 2010.

Juro e calote

Segundo o assessor econômico da Serasa Carlos Henrique de Almeida, os juros elevados como política monetária para controlar a inflação vêm encarecendo o custo do capital para as empresas, que também estão sendo afetadas pelo aumento da inadimplência do consumidor. "Esses fatores, com a perspectiva de mais dois aumentos na taxa de juros, devem continuar pressionando as empresas nos próximos meses, e a tendência é de que mais empresários adiem seus investimentos por conta do custo do capital tão alto", diz Almeida.

Dentro do dado geral da inadimplência, a modalidade que apresentou maior variação em maio foram os protestos, que subiram 26,3% ante abril, respondendo por 39,3% do índice mais amplo. Em seguida aparecem os cheques sem fundo, com alta de 11,2% (contribuindo com 34,3% do indicador geral); e, por fim, estão os bancos, com expansão de 7,8% (peso de 26,3%).

De janeiro a maio, as dívidas com bancos tiveram um valor médio de R\$ 5.049,81, o que representa um aumento de 5,8% ante o mesmo período de 2010. Os títulos protestados tiveram um valor médio de R\$ 1.723,59 (alta de 7,0%) e os cheques sem fundo apresentaram valor médio de R\$ 2.058,15 (+2,7%).

Mais vulneráveis

Na comparação com maio de 2010, a inadimplência das micro e pequenas cresceu 23,8%; a das médias empresas, 27,1%; e a das grandes, 15,2%. "A vulnerabilidade das micro e pequenas empresas é muito parecida com a do consumidor. Assim como os cidadãos que recorreram ao cheque especial e ao cartão de crédito ao terem o crédito consignado e outras opções mais baratas restringidas, as empresas também

apelaram para linhas semelhantes e se endividaram”, diz Almeida. O conselho do economista aos empresários é diminuir os estoques e não tomar crédito para pagar as dívidas existentes, e sim buscar renegociar os débitos com os credores.

Nissan terá nova fábrica no Brasil

28/06/2011- Gazeta do Povo

A Nissan Motor divulgou ontem planos para impulsionar sua participação de mercado mundial e aumentar a margem de lucro para 8% em seis anos. A empresa promete um novo veículo a cada seis semanas, em média, para atrair consumidores de seus rivais. Como parte do novo plano, a Nissan afirmou que vai construir no Brasil uma fábrica de carros compactos, com capacidade de 200 mil veículos anuais, em local a ser anunciado até o fim do ano. A subsidiária brasileira da montadora não forneceu mais detalhes sobre a nova unidade. Presente no país há dez anos, a Nissan produz a picape Frontier e os modelos da família Livina em São José dos Pinhais (região metropolitana de Curitiba), em fábrica compartilhada com a Renault. A empresa tem uma rede de 111 concessionárias distribuídas pelo país.

Parcelamento de dívida fiscal começa dia 1º

28/06/2011- Gazeta do Povo

Contribuintes com débitos fiscais com a prefeitura de Curitiba poderão se inscrever no Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba (Refic 2011) a partir de sexta-feira, 1.º de julho. O programa visa à regularização de débitos de pessoas físicas e jurídicas, inscritas ou não em dívida ativa, com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) devidos até 30 de junho de 2011. Os contribuintes poderão parcelar a dívida em até 120 meses. O prazo para inscrição no Refic é de 90 dias, e ela pode ser feita nos núcleos da Secretaria de Finanças nas Ruas da Cidadania, no prédio central da prefeitura ou pelo site www.curitiba.pr.gov.br.

Para driblar IOF, brasileiro no exterior usa mais dinheiro

28/06/2011- Gazeta do Povo

O aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para 6,38% nas compras com cartão de crédito no exterior fez com que os brasileiros buscassem outro meio de pagamento nas viagens internacionais. Os dados do Banco Central (BC) mostram que em maio, primeiro mês com a medida em vigor, a participação do cartão de crédito nas despesas total no exterior caiu, embora a conta de viagens continue elevada.

As despesas dos brasileiros com viagens ao exterior no mês passado totalizaram US\$ 1,67 bilhão, a maior cifra para meses de maio. Desse valor, os pagamentos com cartão de crédito foram de US\$ 909 milhões e corresponderam a 54,7% do total. Em abril, equivaliam a 60,7% das despesas totais, que somaram US\$ 1,94 bilhão. “As viagens internacionais seguem batendo recordes. É algo que reflete o maior poder aquisitivo do brasileiro e tem se repetido”, afirmou o chefe do departamento econômico do Banco Central, Túlio Maciel. “O brasileiro continua viajando, mas pagando mais em ‘cash’ do que em cartão de crédito”, disse Maciel. As despesas

totais com viagens internacionais subiram 43,9% em maio ante o mesmo período do ano passado.

Déficit

O déficit na conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro foi de US\$ 4,103 bilhões em maio, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central. O resultado foi o dobro do verificado em igual mês do ano passado. Segundo o BC, o déficit acumulado no ano na conta corrente é de US\$ 22,172 bilhões, o correspondente a 2,26% do PIB. De janeiro a maio de 2010, a conta corrente teve saldo negativo de US\$ 18,574 bilhões, o correspondente a 2,18% do PIB. Nos últimos 12 meses encerrados em maio, o déficit em conta corrente foi de US\$ 50,964 bilhões, ou 2,29% do PIB.

No resultado da conta corrente em maio, a balança comercial contribuiu com superávit de US\$ 3,527 bilhões, enquanto a conta de serviços e rendas teve déficit de US\$ 7,937 bilhões. As transferências unilaterais somaram US\$ 307 milhões. O ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil somou, em maio, US\$ 3,97 bilhões, 10,6% a mais que no mesmo mês de 2010.

Avaliação

Túlio Maciel avaliou que o déficit em transações correntes evoluiu numa trajetória esperada e consistente com a estimativa de US\$ 60 bilhões para todo o ano. Ele destacou que o financiamento do déficit "está em posição favorável". Maciel destacou que os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) continuam vindo de "forma significativa".

O chefe do Depec ainda afirmou que os ingressos de captações e empréstimos refletem o aumento do IOF, a partir de abril, para operações acima de 720 dias. "Houve um alongamento das dívidas a partir de então. Os empréstimos de curto prazo cessaram e no longo prazo aumentaram", disse.

Secretário admite chance de disputar eleição da Fiep

28/06/2011- Gazeta do Povo

O secretário de Estado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, avalia a possibilidade de ser candidato na eleição para a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), marcada para o dia 3 de agosto. Caso a candidatura seja viabilizada, Barros pediria licença do cargo ocupado na administração estadual e também da presidência do Partido Progressista (PP) no Paraná. A decisão de concorrer ao pleito depende dos outros possíveis candidatos, já que Barros é a favor de um consenso entre as chapas da situação, liderada por Edson Campagnolo, e da oposição, que tem Carlos Walter à frente.

"Eu insisto na solução do consenso e continuo trabalhando pela chapa única. Mas, não havendo, vou consultar os companheiros que me apoiam e me apresentar como candidato", afirma Barros. Nos últimos meses, o secretário tem trabalhado pela unificação da disputa, mas sem sucesso. Uma reunião com os outros virtuais candidatos chegou a ser marcada para ontem, diz o secretário, mas ambos não

compareceram por questão de agenda. Segundo Barros, a divisão das forças traria resultados ruins para a Fiep. "Ambos os candidatos têm valor. Mas, com qualquer um que vença, a federação perderia gente boa", explica.

Edital já foi suspenso duas vezes

O edital de eleição da Fiep foi suspenso por duas vezes pela Justiça. Em dezembro, quando o primeiro edital foi publicado, a 6ª Vara do Trabalho de Curitiba suspendeu a convocação a pedido do Sindicato da Indústria da Produção de Álcool do Estado do Paraná, que discordava da antecedência da chamada. Na decisão, o juiz considerou que a publicação do edital impedia que o sindicato em questão participasse do pleito. O estatuto da Fiep proíbe que sindicatos registrados há menos de seis meses participem da eleição, tanto como votantes ou no registro de chapa.

Em fevereiro, pela segunda vez, a 6ª Vara do Trabalho de Curitiba suspendeu o novo edital com a convocação para o registro das chapas candidatas à eleição da Fiep, marcada para o dia 8 de agosto, também a pedido do presidente do Sindicato da Indústria da Produção de Álcool do Estado do Paraná, Miguel Rubens Tranin. A entidade recorreu da decisão e o Tribunal do Trabalho do Paraná (TRT) concedeu um mandado de segurança que anulava a liminar da 6ª Vara. Apesar da vitória, a Fiep não chegou a usar o benefício. Um novo edital foi publicado hoje marcando a eleição para o dia 3 de agosto. (CGF)

O edital que será publicado hoje confirma a eleição para o dia 3 de agosto. As chapas interessadas têm o prazo de dez dias, a partir de hoje, para efetivar a inscrição na secretaria da federação.

"Bate-chapa"

Se depender da motivação dos outros dois virtuais concorrentes, a candidatura de Ricardo Barros vai se concretizar. De acordo com o presidente da entidade, Rodrigo Rocha Loures, a chapa da situação será encabeçada pelo empresário e atual vice-presidente da Fiep, Edson Campagnolo. "Com toda a certeza teremos uma chapa. A situação sempre tem de ter uma chapa para dar continuidade ao trabalho iniciado há oito anos", afirma Loures, que faria parte do grupo como delegado.

Além de Campagnolo, o empresário Carlos Walter, representante do Sindimetal de Maringá, também confirma a sua participação no pleito. "Nós estamos preparados e com a documentação em ordem", diz. Ainda de acordo com ele, que chegou a ir até a sede da Fiep inscrever a chapa antes de o edital passado ser suspenso pela Justiça (leia mais nesta página), sua candidatura se justifica em razão da necessidade de mudar a atual administração da entidade. "Existem muitos direcionamentos de ações e investimentos com as quais não concordamos", argumenta.

Desigualdade cai mais no Brasil que nos outros Brics, diz FGV

28/06/2011- Gazeta do Povo

Quando se compara o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre os países integrantes dos chamados Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o resultado é sempre desfavorável aos brasileiros. China e Índia crescem mais que o Brasil todos os anos desde 1992. Se a comparação for feita, porém, com a evolução da renda familiar, o Brasil segue sozinho na frente.

A tradução disso é que a desigualdade social entre os brasileiros tem caído em ritmo acelerado, numa tendência oposta à que se verifica entre chineses, russos, indianos e sul-africanos. A renda global deles cresce mais, porém fica mais concentrada.

Essa é uma das principais conclusões do levantamento "Os Emergentes dos Emergentes", realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apresentado ontem em São Paulo pelo economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da instituição, Marcelo Neri.

Comparando por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) as taxas de crescimento anual de renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos no Brasil, na década de 2000, o levantamento mostrou que o bolo dos pobres cresceu 6,3%, enquanto o aumento dos ricos foi de 1,7%. Na China ocorreu o inverso: os mais pobres ficaram com 8,5% e os mais ricos, com 15,1%. "A distribuição dos frutos do crescimento foi maior no Brasil", disse Neri.

Mobilidade

O efeito mais claro desse processo ocorrido no Brasil é a notável mobilidade entre as classes sociais. De acordo com o levantamento da FGV, um total de 13,3 milhões de brasileiros foram agregados às classes A, B e C.

Neri chamou a atenção sobretudo para o volume de pessoas que migraram das classes D e E para a C. Foram 39,5 milhões de pessoas entre 2003 e maio deste ano. "Isso é quase uma Espanha inteira", disse ele. "Se a comparação for feita em um período mais longo, a partir de 1993, veremos que 60 milhões de pessoas, quase uma França, subiram para a classe C." Esse processo de mudanças, na avaliação de Neri, está em pleno curso, apesar das medidas do governo destinadas a arrefecer o crescimento econômico.

Municípios

A FGV também compôs rankings das classes econômicas nas diferentes cidades do país. Entre os municípios mais ricos, Niterói aparece em primeiro lugar, com 30,7% da população na classe A. Depois vêm Florianópolis (27,7%), Vitória (26%) São Caetano do Sul (26,5%), no ABC paulista, Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%).

Se forem consideradas juntas as classes A, B e C, o município gaúcho de Westfália apresenta 94,3% da população nessas faixas, a maior do país. E as 30 cidades brasileiras com maior participação nas classes AB e C estão todas na Região Sul do país. "O Sul é a região em que há a menor desigualdade de renda no país, o que explica esse dado", diz Neri.

Trabalhador tem até quinta-feira para sacar o abono salarial

28/06/2011- O Estado do Paraná

Quem trabalhou pelo menos 30 dias em 2009, com carteira assinada, tem direito a sacar o abono salarial. O prazo para retirar o dinheiro termina na quinta-feira (30) e não será prorrogado. O benefício é no valor de um salário mínimo (R\$ 545) e pode ser sacado nas agências da Caixa Econômica Federal (para trabalhadores da iniciativa privada) ou do Banco do Brasil (para servidores públicos).

Segundo dados do Ministério do Trabalho, mais de 18,5 milhões de trabalhadores foram identificados com direito a receber o abono salarial. Para sacar o dinheiro, os trabalhadores devem apresentar um documento de identificação e o número de inscrição no PIS ou Pasep.

No período referente a 2009/2010 mais de 96% das pessoas que tinham direito ao benefício sacaram o dinheiro e no período anterior, 95,71% delas retiram o abono.

Governo anuncia decisão sobre trem-bala esta semana

28/06/2011- O Estado do Paraná

Qualquer alteração no edital do trem-bala a partir de agora implicará em mudança da data do leilão, afirmou hoje o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. "Qualquer alteração, necessariamente, tem que ter ajuste na data", afirmou. Isso porque, segundo Bernardo, a lei estabelece prazo de 15 dias para serem feitos ajustes no edital.

Conforme antecipou a Agência Estado no dia 8, a ANTT alteraria o edital do leilão para permitir que a empresa que receberá a tecnologia do consórcio vencedor seja escolhida em comum acordo entre o governo e os empresários. Porém, estão na mesa de negociação outras questões, que têm impacto direto nas propostas das empresas, o que demandaria um tempo maior de postergação do leilão.

Está em análise a possibilidade de dar maior flexibilidade ao traçado do empreendimento, que em São Paulo implicaria na retirada do texto final do edital a citação do Campo de Marte (zona norte) como o local da estação na capital paulista. A prefeitura defende que seja na Barra Funda, na zona oeste, porque tem um projeto de revitalização para o local.

Outro ponto que pode ser flexibilizado é a obrigatoriedade de haver túneis nas entradas de todas as cidades interligadas pelo Trem de Alta Velocidade (TAV). Nessa hipótese, pode ser aberta a possibilidade de que os túneis sejam substituídos por elevados ou passagem de superfície, por exemplo, o que alteraria o custo do projeto. A análise dessa hipótese está sendo feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"A que tem consenso é a de transferência de tecnologia. Não tem consenso na proposta de aumentar o grau de liberdade nas soluções de engenharia", explicou Bernardo. "O que não existe ainda é a decisão de fazer as alterações". O diretor-geral afirmou que o governo deve anunciar uma decisão esta semana. "Esta semana deve ter uma decisão. Está em cima da hora".

Sebrae-PR oferece orientação gratuita para formalizar negócios

28/06/2011- O Estado do Paraná

Os empreendedores individuais que pretendem formalizar o negócio ou gostariam de orientações para gerenciar ou ampliar a empresa podem receber assistência gratuita durante toda esta semana em um estande montado pelo Sebrae-PR na Praça Rui Barbosa, centro de Curitiba, das 9h às 17h30.

No local, consultores oferecem orientação para a formalização dos negócios e assistência para os empreendedores nas áreas de finanças, marketing, recursos humanos e planejamento empresarial.

De acordo com consultora do Sebrae Juliana Marina Schvenger, podem formalizar o negócio como empreendedores individuais profissionais que atuam em mais de 400 áreas, definidas pela Resolução 58/2009 do Comitê Gestor do Simples Nacional (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2009/CGSN/Resol58.htm>).

Segundo Juliana Schvenger, podem se formalizar empreendedores que atuam em 400 áreas.

Além de se enquadrar em uma destas atividades, o profissional também não pode ser sócio de outra empresa, deve ter faturamento de até R\$ 36 mil ao ano e deve ter até um funcionário.

Segundo o Sebrae existem cerca de 65 mil empreendedores formais em todo o Paraná. A consultora do órgão explica que o grande diferencial em tornar-se empreendedor individual é a redução no valor dos impostos pagos. Como as demais empresas, os empreendedores também passam a possuir o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e podem dar nota fiscal.

O único custo para quem resolve formalizar o negócio é o valor referente a 5% do salário mínimo a título de previdência social. Os impostos devidos também se resumem a R\$ 1 para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para quem atua no comércio ou R\$ 5 a título de Imposto sobre Prestação de Serviços (ISS) para quem trabalha no setor de serviços.

Formalização

Segundo o Sebrae, existem em todo o Paraná aproximadamente 65 mil empreendedores.

Para formalizar a empresa, o procedimento é simples, basta realizar a consulta comercial do endereço na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba e comparecer ao estande com o RG, CPF e comprovante de residências.

Foi o que fez Roque Luiz dos Santos, 30, que é motorista, mas trabalha aos finais de semana como jardineiro. A possibilidade de aumentar a clientela exercendo a atividade formalmente convenceu o empreendedor a formalizar a atividade. "Hoje em dia é preciso ter nota fiscal para tudo", explicou.

Segundo ele, a formalização também é importante já que o tempo de serviço prestado contará para a aposentadoria. “Ficou ótimo, eu vou pagar R\$ 32 com todos os tributos e estou garantido para qualquer problema.”

Maria Aparecida Marinho, 44, procurou o serviço para tirar algumas dúvidas. Ela pretende formalizar a atividade com o comércio de artesanato. Há quatro anos trabalhando no setor, ela acredita que a oficialização do negócio irá facilitar o acesso ao crédito e a desenvolver o negócio, com a ampliação da clientela. “O artesanato tem que ser mostrado para vender, eu já entrego em algumas lojas, mas pretendo ampliar minha área de atuação”, comentou.

Expansão

Quem já formalizou a empresa também procura o serviço de orientação. Entre as principais dúvidas dos empresários estão informações sobre linhas de crédito e ajuda para o planejamento empresarial.

O casal Ricardo Pereira, 35, e Francieli Pissaia, 29, possuem uma empresa de pintura industrial e predial. Eles procuraram o Sebrae para auxílio sobre linhas de crédito. De acordo com Francieli, o problema da empresa não é o acesso aos recursos, mas os altos juros cobrados pelos bancos privados. “O lucro que seria para a formação de capital de giro acaba indo para o banco, para o pagamento dos juros”, disse Ricardo.

Ao final do atendimento o casal foi orientado a procurar linhas de crédito específicas e também buscar alternativas junto aos bancos públicos como o Banco do Brasil.

Para Carla Maria Diniz, que atua com trabalhos manuais como o tricô, a maior preocupação é o gerenciamento do negócio. Ela foi ao serviço buscar orientações para expandir o negócio com segurança. “Estou fazendo informática, quero ampliar as possibilidades de pesquisa de novos produtos e vendas no setor.”

Confira as datas e horários em que o serviço de orientação está disponível:

Curitiba

O estande do Sebrae funciona na Praça Rui Barbosa, das 9h30 às 17h30 até o dia 2 de julho.

Maringá

Praça Raposo Tavares, do dia 29 de junho ao dia 1º de julho

Londrina

O serviço funciona até o dia 30 de junho na Prefeitura Municipal de Londrina, das 12h às 18h.

Paranaguá

De 29 de junho a 1.º de Julho no Ginásio de Esportes Joaquim Tramujas, na Travessa Felipe Ched, 129, das 9h às 17h.

Informações sobre atendimento em outros locais estão disponíveis pelo telefone do Sebrae 0800 570 0800 ou site www.sebraepr.com.br.

Braskem avança nos EUA e México

28/06/2011- Valor Econômico

A Braskem vai investir mais de US\$ 4 bilhões para acelerar seu plano de internacionalização, apurou o **Valor**. A petroquímica brasileira, que tem a Petrobras como sócia, se prepara para produzir fora do Brasil cerca de 5 milhões de toneladas de resinas termoplásticas a partir de 2015, dobrando sua capacidade atual de produção. Os aportes permitirão à companhia saltar da oitava posição no ranking global para figurar entre as cinco maiores do mundo, se concretizados os projetos em curso.

Os Estados Unidos, onde a Braskem possui três fábricas desde o ano passado, que pertenciam à Sunoco, e o México, país escolhido pela companhia para tocar o projeto Etileno XXI, estão entre os principais pilares de expansão do grupo fora do país.

Em entrevista ao **Valor**, Luiz de Mendonça, responsável pelos projetos internacionais e de resinas verde da Braskem, confirma os planos de expansão do grupo, mas não quis confirmar o montante de investimentos que deverão ser feitos. O executivo afirmou que a companhia tem trabalhado pesado para ampliar sua presença fora do Brasil. A meta é dobrar a produção do grupo para 10 milhões de toneladas. Ou seja, produzir fora do país, sobretudo em território norte-americano, o mesmo volume do mercado interno. "Se tornou muito mais interessante ficar nos EUA."

Segundo Mendonça, o projeto do México, que está em fase final de engenharia básica, com previsão para entrar em operação em 2015, ganhou papel fundamental para a expansão da companhia na América do Norte. Originalmente, os investimentos no México, de US\$ 2,5 bilhões em parceria com a petroquímica local Idesa, previam a construção de três fábricas, com capacidade de produção total de 1 milhão de toneladas de etileno e polietileno. A Braskem tem 65% de participação nessa joint venture.

Com a maior relevância dos EUA no plano de expansão do grupo, o projeto no México deverá ser reavaliado para elevar a capacidade de produção, disse Mendonça. Desde 2002 na Braskem, o executivo, que também passou pela Rhodia, foi nomeado este ano por Carlos Fadigas, presidente do grupo, para dar continuidade aos projetos de expansão fora do Brasil. Os planos anunciados pelo grupo na Venezuela, Peru e Bolívia continuam no radar da empresa, mas o ritmo desses negócios segue um pouco mais lento em função da nova prioridade geográfica do grupo. "Estão em 'pause'"

As três unidades industriais da Braskem nos EUA têm capacidade para produzir cerca de 1 milhão de toneladas de polipropileno (PP). Aquisições e construção de novas fábricas em território americano fazem parte dos planos da Braskem. Esses futuros aportes não estão incluídos nos US\$ 4 bilhões que deverão ser injetados nos próximos anos. Os negócios também não deverão ser focados somente em polipropileno, foco das três plantas da companhia nos EUA.

Mendonça afirmou que o grupo tem acompanhado com interesse a exploração das reservas de gás de xisto ("shale gas") nos EUA - consideradas abundantes nos próximos 50 anos e que já recebem investimentos de grandes refinarias, como a

ExxonMobil, Shell e Chevron. A Braskem analisa participar de um "condomínio de empresas" para explorar esse negócio e não descarta investir em uma nova planta em parceria com outras companhias.

Independentemente dos planos traçados para o "shale gas", a Braskem já iniciou conversas com a Petrobras para o fornecimento de propeno nos Estados Unidos. A estatal tem uma refinaria com capacidade produção para 100 mil barris/dia no Texas, próxima a uma das plantas da petroquímica brasileira no mesmo Estado americano. Além dos EUA, a estatal petrolífera tem refinarias no Japão e Argentina. Segundo o executivo, conversas ainda incipientes devem indicar que a estatal brasileira deverá ser uma das fornecedoras da Braskem, ao lado da Marathon, LyondelBasell, Chevron e a própria Sunoco. Procurada, a Petrobras não comenta o assunto.

Com receita líquida de R\$ 27,8 bilhões em 2010, a Braskem possui 28 plantas no Brasil, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de resinas.

Além das resinas a partir de matéria-prima fóssil (nafta), os planos de expansão do grupo no exterior contemplam os plásticos verdes. No Brasil, a companhia já possui uma fábrica em Triunfo (RS) e está para definir outra unidade na região Centro-Sul do país. Ainda considerado um nicho de mercado, o projeto de produção de resinas verdes poderá se internacionalizar.

Mendonça afirmou que a companhia não descarta ter unidades fora do país. No entanto, os projetos atuais estão focados no mercado interno devido à maior abundância de matéria-prima, o etanol, que é produzido em larga escala no Brasil.

BB será banco da Vale na Argentina

28/06/2011- Valor Econômico

Dois meses após assumir a gestão do Patagônia, sua primeira aquisição no exterior, o Banco do Brasil fechou seus dois primeiros acordos de grande porte para avançar no mercado argentino. Ambos aproveitam a integração comercial e a presença das empresas brasileiras na Argentina. Um deles transforma o Patagônia no principal agente financeiro do projeto Potássio Rio Colorado, investimento de US\$ 4,5 bilhões que a Vale faz na região de Mendoza, para produzir até 4,3 milhões de toneladas de potássio por ano. O financiamento do investimento em si, a princípio, não está no pacote. O banco vai assumir a folha de salários dos funcionários e o pagamento a fornecedores.

O segundo contrato prevê o repasse de US\$ 200 milhões do BNDES para financiar a compra de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil por importadores da Argentina, do Chile e do Paraguai. Para evitar o aumento do desequilíbrio comercial entre os dois maiores sócios do Mercosul, que gerou uma escalada do protecionismo de lado a lado, o Patagônia pediu sinal verde ao Banco Central da Argentina para usar os dólares de suas reservas depositados na instituição a fim de financiar a compra de produtos argentinos por importadores brasileiros.

"Dependendo do prazo de financiamento autorizado, podemos focalizar essa linha em um ou outro setor", afirmou ao **Valor** o vice-presidente do Patagônia, João Carlos de Nóbrega Pecego. Na linha do BNDES, o prazo chegará a cinco anos e será usada a

taxa Libor como referência, mais um prêmio de risco. "O mais importante é que queremos mostrar que viemos à Argentina com o espírito de integração", disse Pecego.

No caso do projeto da Vale em Mendoza, o Patagônia fechou acordos com duas das três empreiteiras contratadas pela mineradora: a Odebrecht, responsável pelas obras de instalação da mina, e a Andrade Gutierrez, que construirá um terminal portuário para escoar o potássio por Bahía Blanca. O banco também negocia com a terceira grande empreiteira envolvida no empreendimento, a Camargo Corrêa, encarregada de adequar e ampliar a linha ferroviária entre a mina e o porto. Fornecedores e empregados receberão exclusivamente pelo Patagônia. Só pela Odebrecht, serão 4,5 mil funcionários.

"O efeito cascata é muito interessante", ressaltou Pecego, lembrando as oportunidades que essas parcerias devem abrir. Os trabalhadores, com suas contas-salário, tendem a continuar no Patagônia como clientes. Com os fornecedores, o banco tem condições de estruturar linhas específicas de crédito, já que fica com a garantia de recebimento do dinheiro. Está nos planos, inclusive, a abertura de uma miniagência no remoto município de Malargüe, sede do projeto.

À frente de um plano de negócios ousado do BB, que prevê o aumento da rede de agências do Patagônia em 40% até 2014, o executivo dá os últimos retoques para a abertura de uma área "corporate" do banco. A divisão começará a funcionar em agosto para cuidar especificamente de empresas argentinas e estrangeiras, com faturamento superior a US\$ 100 milhões e atuação em dois ou mais países. "Queremos conhecer e trabalhar com companhias que tenham fluxos comerciais entre países, com atuação regional ou global."

Na área de varejo, uma das novidades é um acordo de exclusividade com a Gol, na Argentina, para oferecer cartões de crédito que rendam pontos para viagens com a companhia aérea. O Patagônia também acabou de lançar uma versão "platinum" dos seus cartões, com acesso a salas vip nos aeroportos. As expectativas de negócios nessa área não são reveladas. De acordo com o ranking de entidades financeiras da Argentina, elaborado mensalmente pelo Banco Central, o Patagônia é o 11º em ativos e em patrimônio líquido. O objetivo do BB, que gastou US\$ 479 milhões para comprar o banco no ano passado, é posicioná-lo entre os três maiores privados até o fim de 2014. A liderança é exercida com folga pelo Banco de la Nación, de controle estatal. Entre os privados, nacionais ou estrangeiros, sete instituições estão à frente do Patagônia atualmente - Santander Río, Macro, Galicia, BBVA Francés, HSBC, Credicoop e Citibank. O BB também pretende usar a bandeira Patagônia para operar no Uruguai. O pedido para funcionar como instituição financeira local já foi remetido ao Banco Central do país.

Lei assegura compensação de dívida com precatório

28/06/2011- Valor Econômico

Empresas que ganharam recentemente ações contra a União devem começar a enfrentar, agora em larga escala, o chamado encontro de contas previsto na Emenda Constitucional (EC) nº 62, de 2009. A medida, que prevê o abatimento de dívidas fiscais federais de empresas com precatórios a serem emitidos, foi melhor regulamentada pela Lei nº 12.431, sancionada na sexta-feira pela presidente Dilma Rousseff.

A lei, originária da Medida Provisória (MP) nº 517, de 2010, manteve os 15 artigos que tratam de precatórios e estabelecem prazos e procedimentos para essa compensação que, mesmo antes da regulamentação, já era aplicada por juízes de São Paulo, do Distrito Federal e da região Sul.

Na prática, a norma impõe que, após a condenação da União, o magistrado dará 30 dias para a Fazenda Nacional se manifestar em relação a eventuais dívidas do credor ou parcelamentos. O juiz então estabelecerá um prazo de 15 dias para que o credor possa apresentar eventuais impugnações, que só serão admitidas quando for comprovada que a dívida está suspensa, o débito extinto ou que houve erro no cálculo. Depois disso, o magistrado terá dez dias para decidir sobre os valores que poderão ou não ser compensados. Dessa decisão, ainda cabe recurso com o chamado agravo de instrumento, que impede a requisição do precatório até que seja julgado o mérito da discussão.

Segundo o advogado Gustavo Viseu, do Viseu Advogados, membro da Comissão da Dívida Pública da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a norma cria praticamente uma nova fase processual para viabilizar essas compensações e deve arrastar ainda mais o fim dessas ações. Até porque o juiz deverá levar para o processo a discussão sobre outras dívidas das empresas. "O que só interessaria à própria Fazenda" afirma Viseu, lembrando que a lei já nasce ameaçada. "Se a Emenda 62, em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), for declarada inconstitucional, de nada valerá essa regulamentação."

O considerado excesso de prazos trazido pela lei e a possibilidade de trazer outras discussões judiciais ao processo também preocupam a advogada Luiza Perez, da Advocacia Ulisses Jung, que já assessora empresas que estão sofrendo esses encontros de contas. Para ela, essa demora pode inviabilizar a expedição dos precatórios no limite constitucional. O artigo 100 da Constituição prevê que os títulos apresentados até 1º de julho devem ser pagos no ano seguinte. Caso contrário, o precatório a ser emitido não entra na fila do próximo ano e demora ainda mais para ser pago.

Porém, nem todas as empresas deverão achar ruim esse encontro de contas, na opinião de Isabela Bonfá, do Bonfá de Jesus Sociedade de Advogados. "É claro que todas as companhias preferem receber em dinheiro. Mas isso é uma forma de eliminar pendências", diz. Se houver alguma insatisfação, afirma ela, as empresas poderão utilizar da impugnação prevista em lei.

O advogado Renato Nunes, do Nunes & Sawaya Advogados afirma estar preocupado com eventuais lançamentos da Receita Federal durante o levantamento de dívidas. Isso porque as companhias poderão ser obrigadas a abater valores que não devem, que ainda estão em discussão judicial e administrativa. "Se isso for compensado e posteriormente a empresa ganhar a discussão, ela terá que entrar com uma nova contestação para reivindicar valores pagos a maior, que demorará anos para ser analisada", diz.

Para a procuradora da Fazenda Nacional que atua em São Paulo e professora de direito tributário Helena Junqueira, a nova lei, porém, deve dar mais agilidade a esses processos, ao firmar prazos para cada etapa. Segundo ela, desde a edição da emenda os juízes já vinham chamando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para se manifestar, mas não havia limite em lei para que esses casos fossem finalizados. Nos processos em que ela atua, ainda não houve a conversão desses valores para os cofres públicos. "Acredito, no entanto, que essa possibilidade deva trazer um resultado bastante significativo em relação aos débitos em aberto com a União", diz.

"Aviso prévio poderá ter mais de 30 dias"

28/06/2011- O Estado de São Paulo

Decisão do STF reconhece direito a um período maior, proporcional ao tempo de serviço do empregado; fórmula será definida no 2º semestre

O Supremo Tribunal Federal (STF) definirá uma fórmula de cálculo do valor do aviso prévio devido aos trabalhadores em caso de demissão sem justa causa para que o valor seja proporcional ao tempo de serviço. O cálculo será aplicado enquanto o Congresso não aprovar uma lei específica sobre o assunto.

Hoje, o valor pago pelos empregadores equivale a 30 dias de trabalho, independentemente do tempo de serviço. A indenização deve ser paga ou o funcionário mantido por mais um mês até o seu desligamento efetivo.

Durante o julgamento dos processos de quatro ex-funcionários da Vale, diversas propostas foram aventadas. Como não houve consenso sobre a fórmula que seria aplicada, os ministros decidiram adiar a discussão para o segundo semestre.

O ministro Marco Aurélio, por exemplo, propôs 10 dias de aviso prévio a cada ano de serviço do funcionário, resguardado o piso de 30 dias. Caso uma pessoa seja demitida após 30 anos de serviço, como era o caso de um dos processos, a empresa teria de pagar o equivalente a 300 dias de salário como aviso prévio.

O presidente do Supremo, Cezar Peluso, considerou o valor muito alto e sugeriu que fosse reduzido pela metade: a cada ano de trabalho, a empresa teria de pagar o equivalente a cinco dias de trabalho, também mantido o piso de 30 dias. Depois sugeriu que fosse pago um salário a cada 6 anos de trabalho.

O ministro Luiz Fux propôs que fosse pago o equivalente a três meses de salário quando o trabalhador supera dez anos de serviço. Ricardo Lewandowski baseou-se num projeto que tramita no Senado e propôs o pagamento equivalente a 30 dias para o trabalhador com menos de um ano, de 45 dias para quem está há mais de um ano e de 60 dias para quem está há mais de dez anos.

Para todos. A regra a ser definida pelo STF valerá para os quatro processos em julgamento, mas qualquer trabalhador poderá recorrer para ter direito à mesma fórmula. "Ao solucionar o caso concreto, teremos uma norma que será observada para os outros casos", disse o relator, ministro Gilmar Mendes.

A Constituição estabelece, no Artigo 7, que "são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (...) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias", mas uma lei deveria regular o tema. Porém, o Congresso nunca aprovou essa lei.

Por causa disso, os quatro ex-funcionários da Vale pediram, por meio de um mandado de injunção, que o STF suprisse a lacuna. Um deles, José Geraldo da Silva, estava há

quase 30 anos na empresa e foi demitido, sem justa causa, em 2009, recebendo o equivalente a 30 dias de salário.

De acordo com o ministro Ayres Britto, há 49 projetos sobre o assunto em tramitação no Congresso. O presidente do STF antecipou-se a uma possível crítica de que o STF estaria legislando: "É para isso que existe o mandado de injunção".

BID e CNI firmam acordos para ampliar o crédito

28/06/2011- Agência CNI

Brasília - O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luiz Alberto Moreno, assina nesta terça-feira, 28 de junho, em Brasília, acordos com a [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) para oferta de crédito às pequenas e médias empresas e melhoria na qualificação profissional. Os acordos serão firmados durante a reunião mensal de diretoria da CNI, de que participam cerca de 50 dirigentes empresariais.

Entre outras medidas, os acordos prevêem capacitar inicialmente 120 pequenas e médias empresas de Pernambuco, Paraíba e Ceará para que tenham condições de obter financiamentos. Estabelecem, ainda, programas de transferência de tecnologia em qualificação profissional do [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial \(SENAI\)](#) para países da América Latina, modernização dos centros tecnológicos do SENAI e compra de tecnologias avançadas em educação pelo [Serviço Social da Indústria \(SESI\)](#).